

PROTAGONISMO FEMININO NA AGRICULTURA AGROECOLÓGICA: ESTUDO DE UMA ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL NO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS

Gabriela Mariano Mendonça¹

Paulo Eduardo Moruzzi Marques²

Introdução

A agricultura familiar reflete uma divisão histórica de gênero, na qual as mulheres se responsabilizam por atividades sem valor econômico, mas fundamentais para a família. Nestas circunstâncias, o trabalho feminino é desvalorizado, reforçando o poder do homem sobre a mulher.

A ruptura deste pensamento hegemônico ligado à revolução verde é, desde a década de 1980, uma aspiração que agrega os movimentos sociais por reforma agrária, por políticas públicas em favor da agricultura familiar e por reconhecimento de gênero. Quanto a este último movimento, a luta pela emancipação da mulher rural tem repercutido em políticas públicas concebidas para responder às reivindicações femininas. Por outro lado, outros dispositivos da ação pública parecem contribuir para o empoderamento das mulheres. É o caso do reconhecimento de produção orgânica via sistema participativo, previsto com as Organizações de Controle Social (OCS), que constitui um meio inovador de apoio à agricultura familiar.

Desta forma, nossa pesquisa examina em que medida o amparo da OCS favorece, em certas circunstâncias, o rompimento com o paradigma social e histórico do patriarcado, suscitando o protagonismo feminino. Para tal discussão, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observação participante em uma OCS formada majoritariamente por mulheres da terceira idade, no assentamento Milton Santos. Estas mulheres lideram a produção de alimentos destinados à comercialização na forma de cestas orgânicas numa rede de circuitos curtos de proximidade (CCP), constituindo quatro grupos, formada por consumidores de Americana, Paulínia, Campinas e Piracicaba.

Com efeito, as mulheres consideradas neste estudo levam para a esfera pública suas reivindicações, normalmente restritas à esfera privada. Nosso problema gira em torno do empoderamento financeiro, mas também político e social da mulher, como forma de ruptura com a ideologia patriarcal. De todo modo, apesar dos avanços observados, convém considerar que, apesar desses esforços, os traços históricos do patriarcado permanecem enraizados na sociedade e constituem um abismo que afasta a mulher do protagonismo rural.

Palavras-chave: Gênero, Agricultura Familiar, Agroecologia, Assentamento Rural.

¹ Gestora Ambiental. Mestranda no Programa de Pós-graduação Interunidades em Ecologia Aplicada, ESALQ/USP, Piracicaba, SP.

² Professor Associado do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” LES/ESALQ e do PPGI em Ecologia Aplicada, CENA-ESALQ/USP.

O lugar da mulher na agricultura familiar

A divisão do trabalho na agricultura familiar relega, via de regra, para o segundo plano as atividades femininas. Historicamente, as mulheres foram responsáveis por tarefas sem valor econômico, ligadas à reprodução da família, como o trabalho doméstico, a criação de pequenos animais e a horta cujos produtos são destinados ao autoconsumo. Aos homens se destinam as atividades ligadas às grandes culturas, com poder de decisão vinculado ao uso dos recursos financeiros. Desta forma, um abismo de gênero forjado pela ideologia patriarcal se reforça, mantendo o trabalho e expressão da mulher na invisibilidade.

Segundo Melo (2003), a agricultura familiar constitui uma categoria necessariamente genérica, que combina a propriedade e o trabalho, assumindo grande diversidade de formas sociais. De todo modo, esta variedade de agriculturas familiares agrupa características que se diferenciam claramente da grande produção patronal. A autora analisa que “[...] a agricultura familiar, particularmente a brasileira, soma heterogeneidades regionais em relação ao meio ambiente, à condição dos produtores, à aptidão para trabalhar a terra e à infraestrutura disponível [...]” (MELO, 2003, p. 30). Assim, existe em comum na agricultura familiar, como salientado por Mesquita (2012, p. 4), a conciliação “da propriedade, trabalho e família”. A interdependência entre essas dimensões orienta a dinâmica de reprodução social e o modo de vida na agricultura familiar.

Neste quadro, independente da região brasileira, como salientado por Carneiro (1981), a mulher se consolida socialmente como “ajudante” dos processos de cultivo, na medida em que parte de seu tempo é dedicado às tarefas domésticas. Em fim de conta, a mulher realiza dupla jornada de trabalho, atuando no trabalho tanto agropecuário quanto no espaço doméstico. Neste último, presta notadamente cuidado com as crianças e a casa, exercendo atividades que não são dotadas de valorização econômica ou perante a sociedade. Estas tarefas domésticas são historicamente definidas como funções da mulher, como examino por Melo,

Com base nesta divisão do trabalho, ainda bastante atual, o homem parte para a esfera pública, para o mundo do trabalho em busca dos proventos para sustentar a família, enquanto que a mulher permanece no espaço privado da casa, ou seja, na esfera doméstica. No espaço do privado, a mulher atua como uma espécie de gestora do domicílio e também executora pois, cuida dos afazeres da casa, dos cuidados gerais dos filhos e do marido, caso possuam, e demais membros da família. É também a responsável pelo gerenciamento, se constitui uma família, dos recursos destinados ao ambiente doméstico (MELO, 2000, p. 5).

Nestas circunstâncias, a mulher, enquanto responsável pelos cuidados da família, desempenha atividades não remuneradas, consideradas sem prestígio nos espaços públicos. Ademais, tais tarefas, que demandam muito tempo e dedicação da mulher, as distanciam de interação com a sociedade, tornando seu lugar limitado à esfera privada.

Do outro lado, tradicionalmente, cabe ao homem o poder de manejar os recursos financeiros da família e conseqüentemente definir os investimentos nos processos produtivos. Portanto, as decisões familiares são centralizadas no homem, ao qual a mulher foi, historicamente nas sociedades modernas, subordinada. A propósito, como sugerem Ruas e Abramovay “no meio rural, um indicador dessa invisibilidade é o

elevado número de mulheres caracterizadas como trabalhadoras sem remuneração” (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 152).

Convém destacar que as questões de gênero refletem uma conjuntura social na qual cada geração de mulheres está inserida. No que se refere às funções femininas na formação da sociedade brasileira, desde a socialização das crianças, à menina “negou-se tudo que de leve parecesse independência. Até levantar a voz na presença dos mais velhos [...]” (FREYRE, 1933, p. 474). Assim, enraizou-se a ideia segundo a qual a mulher desempenha a função social de reprodução e de cuidados com os filhos e o lar.

Para nosso estudo que abarca mulheres na terceira idade, convém analisar em profundidade seu papel, inclusive para investigar em que medida, em razão da mulher perder a função reprodutiva e ter reduzidas suas funções domésticas, a mulher ganha “tempo livre e autonomia para investir em seu crescimento pessoal” (SILVA; BALTES; SMITH, 2006, p. 38). Essa perspectiva de tempo livre se relaciona à redução dos trabalhos ligados ao cuidado dos filhos. Porém, para a mulher rural, suas atividades ligadas às culturas de subsistência continuam as mesmas, com o agravar de redução da força produtiva na família, em razão do êxodo rural dos jovens que buscam empregos na cidade.

Por outro lado, a ruptura do pensamento hegemônico atrelada à crítica às consequências da revolução verde é uma aspiração que agrega os movimentos sociais. Na década de 1980, as lutas por reforma agrária, por políticas públicas em favor da agricultura familiar e por reconhecimento de gênero em prol da emancipação da mulher rural se multiplicaram em razão do fim da ditadura militar. Assim, dispositivos de políticas públicas foram concebidos para responder a essas demandas, tal como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995. Este programa integrou, em 2003, uma linha de financiamento denominada “Pronaf Mulher”. Neste mesmo ano, é lançado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com vistas a favorecer a comercialização da agricultura familiar.

Nas pesquisas realizadas no âmbito do AGREMAL (Grupo de pesquisa sobre as agriculturas emergentes e alternativas, inscrito no diretório de GP do CNPq) em torno do assentamento Milton Santos, há grande foco para o papel do PAA como um dispositivo de grande relevância para o desenvolvimento das atividades produtivas dos assentados. A estrutura deste programa se baseia no apoio à comercialização da agricultura familiar, o que permite a destinação de alimentos para instituições assistenciais, como escolas, hospital e presídios. Em 2011, a resolução GGPA n° 44 de 11 de agosto, determina que a participação de mulheres deva ser considerada como um critério prioritário tanto para a seleção de projetos quanto para a liberação de recursos do Programa.

Neste programa, os alimentos orgânicos são valorizados, recebendo um incremento de 30% em relação ao produto alimentar convencional. Convém destacar que a Lei 10.831 de 2003 permite maneiras alternativas de obtenção de reconhecimento de produção orgânica. Além da certificação por auditoria, representando um investimento do produtor para que empresas auditoras assegurem a conformidade do sistema produtivo com as normas de produção orgânica, foi lançada a modalidade em torno da Organização de Controle Social (OCS). Trata-se de modo de reconhecimento de produção orgânica muito adaptada para a agricultura familiar que realiza venda direta de seus produtos ou os destina para programas governamentais, como PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A OCS para ser cadastrada junto ao

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) deve assegurar aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.

A OCS representa uma maneira de reconhecimento orgânico baseado na confiança entre produtor e consumidor, que rompe com uma lógica mercantil de certificação restrita aos agricultores mais capitalizados. Assim, a OCS valoriza relações de proximidade entre os atores sociais, fundando sua lógica em dimensões extra econômicas. As OCS são, portanto, a alternativa mais acessível de garantia legal de qualidade orgânica dos produtos dos assentados, comercializados diretamente à clientes diversos, desde consumidores individuais até instituições públicas ou assistenciais locais, além de ser um reconhecimento de produção orgânica que não demanda auditorias e grandes investimentos dos agricultores. Nesta linha, o reconhecimento de produção orgânica, via sistema participativo, tal como previsto com as Organizações de Controle Social (OCS), constitui um meio inovador de apoio à agricultura familiar.

Com este ponto de partida, o foco deste estudo se dirige às agricultoras da Organização de Controle Social (OCS) “Terra Viva”, apoiadas pelo “Núcleo de Agroecologia Nheengatu” da ESALQ/USP, instaladas no assentamento Milton Santos, próximo à cidade de Americana/SP. Trata-se de um grupo constituído majoritariamente por mulheres da terceira idade. O norte do desenvolvimento deste trabalho é o questionamento sobre “em que medida o amparo da OCS contribui para romper com o paradigma social e histórico do patriarcado, permitindo um empoderamento feminino?”.

Para nossos propósitos, considerando o processo histórico das relações de gênero, formulamos a hipótese segundo a qual o amparo da OCS favorece, em certas circunstâncias, o rompimento com o paradigma social e histórico do patriarcado, abrindo amplas margens para o protagonismo feminino. Convém assinalar que se trata de um efeito não previsto expressamente na concepção deste dispositivo. Porém, a participação efetiva nas decisões de comercialização e produção em torno da OCS potencializa um empoderamento social e financeiro da mulher, que assim adquire meios de ganhar visibilidade no debate social.

A metodologia desenvolvida para discutir esta hipótese foi a realização de entrevistas semiestruturadas e observação participante na OCS Terra Viva, cuja liderança é exercida por majoritariamente por mulheres da terceira idade, como já mencionado. Seu principal projeto consiste na produção e comercialização de cestas orgânicas numa rede de consumo solidário fundada em referencial de circuitos curtos de proximidade (MORUZZI MARQUES, LE MOAL ANDRADE, 2014), em Piracicaba, Americana, Paulínia e Campinas.

O assentamento Milton Santos e a OCS Terra Viva

O assentamento Milton Santos, implantado em 2005, está situado em zona periurbana entre os municípios de Americana e Cosmópolis, no estado de São Paulo. Em 2012, passou a receber o apoio do Núcleo de Agroecologia Nheengatu da ESALQ/USP, dando continuidade à extensão universitária oferecida às famílias assentadas pelo grupo Território Rurais e Reforma Agrária (TERRA), também da ESALQ/USP. Seus esforços se concentraram nos últimos anos na assessoria técnica para aprimorar o cultivo orgânico e na formação e consolidação de Organizações de

Controle Social (OCS). A reflexão sobre este processo leva a tratar notadamente de questões em torno das formas de transição agroecológica com participação dos diversos atores sociais.

O assentamento Milton Santos nasce a partir da concepção de projetos de “Comuna da Terra”. Trata-se de uma proposta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com vistas a instalar famílias sem terra em regiões próximas a grandes centros urbanos. Esta perspectiva visa, tendo em vista o perfil cada vez mais urbano da população paulista, oferecer atrativos para engajamento na luta por terra para famílias habitando em situação precária nas periferias urbanas, mas desejando manter a proximidade com suas redes de relacionamento nas cidades.

As Comunas da Terra são então igualmente concebidas para ter acesso favorecido à infraestrutura produtiva, à assistência técnica e aos grandes centros consumidores. A produção agroecológica e a cooperação entre os assentados constituem os pilares desta concepção de assentamento, respondendo assim à demanda crescente por alimentos de qualidade.

No âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o assentamento se inscreve na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), concebida inicialmente para a Amazônia com a perspectiva de unir a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. No estado de São Paulo, esta modalidade PDS foi mobilizada, entre outras razões, para responder às reivindicações do movimento social em favor das Comunas da Terra.

Foi com a implantação desta modalidade de assentamento que o INCRA procurou atender à pressão social de famílias sem terra na região de Campinas. Assim, no final de 2005, um grupo de famílias foi assentado no sítio Boa Vista, parte de um vasto domínio territorial de cultivo de cana de açúcar da Usina Esther. Em 2017, 68 famílias viviam em área de 103,45 hectares, dispondo cada uma de aproximadamente 1 hectare de área útil para produção e moradia, sendo o restante composto por área de preservação.

A produção do assentamento teve grande impulso com o dispositivo Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos (DS/PAA), pois oferecia importante segurança para a comercialização. Apesar de muitos problemas locais, o programa estimulou a diversificação da produção alimentar, sobretudo com hortaliças de ciclo curto. Entretanto, especialmente em 2016, o DS/PAA passa a sofrer cortes profundos, deixando de ser uma âncora sólida para o assentamento. Assim, as famílias agrícolas passaram a se rearticular por estabelecer novas fontes de geração de renda.

Efetivamente, as dificuldades dos assentados são consideráveis, notadamente em termos de ausência de assistência técnica regular, de acesso muito limitado à água e de falta de estrutura de comercialização. As ações coletivas constituem também uma dificuldade das famílias assentadas. O estabelecimento de áreas centrais de horticultura, com canteiros de cerca de 200 m² por família, constituiu uma iniciativa coletiva com relativo êxito, permitindo contornar parcialmente o limitado acesso aos recursos hídricos e a precariedade das estruturas de comercialização.

Na perspectiva de reforçar as ações coletivas locais e favorecer a transição agroecológica, os membros do Núcleo de Agroecologia Nheengatu da ESALQ/USP dirigiram desde 2014 seus esforços no assentamento para a constituição de

Organizações de Controle Social (OCS). É oportuno explicar que este núcleo é uma articulação de sete grupos universitários de pesquisa e extensão, criado em 2010, contando com apoio do CNPq e da USP para formação em agroecologia e apoio à transição agroecológica.

Esta proposta de formação de OCS conheceu grande interesse e efetividade no assentamento, apesar das dificuldades de várias ordens encontradas para sua consolidação. Em aproximadamente três anos, três OCS foram constituídas: *Recanto Produtos Orgânicos*, *Horta Coletiva* e *Terra Viva*. Com efeito, desenvolvem-se, com estes dispositivos, formas, em boa medida, inesperadas de fomento da organização coletiva, em particular das mulheres, resultando na revitalização das ações em grupo no assentamento.

A OCS Terra Viva, composta majoritariamente por mulheres agricultoras assentadas, será focalizada aqui por possuir estratégias de organização que nos permitem aprofundar uma reflexão sobre processos de transição agroecológica sob liderança feminina.

O papel decisivo desempenhado pelas mulheres na OCS Terra Viva representa em grande medida uma ruptura com a dominação patriarcal, sob ideologia da supremacia masculina sobre o feminino, cujas marcas são profundas na sociedade brasileira, particularmente na agricultura familiar. O planejamento produtivo, a sistematização de experiências agroecológicas, as possibilidades de comercialização e a discussão da autonomia das mulheres são temas importantes tratados neste grupo. Ademais, ocorrem mutirões para plantio e manejo nos lotes individuais das famílias implicadas.

Práticas ecológicas são recorrentemente desenvolvidas pela mulher agricultora, ligadas à subsistência do núcleo familiar, sendo capazes de constituir uma via pertinente para assegurar uma produção mais respeitosa do meio ambiente. Simultaneamente, uma maior participação feminina na produção representa o alcance de maior independência financeira em relação a seus cônjuges.

Na OCS Terra Viva, a perspectiva de engajamento feminino se associa a trajetórias de vida marcadas por opressão e desigualdade, ocorridas tanto na esfera familiar quanto no exercício de suas atividades profissionais ao longo da vida. Assim, este grupo parece desejar o fomento de um espaço de formação e de tomada de consciência acerca do protagonismo das mulheres na agricultura de base ecológica e na consolidação de canais solidários de comercialização e consumo responsável.

A transição agroecológica, impulsionada pela implantação de OCS, apresenta-se como uma via consistente para a melhoria das condições de vida, ao mesmo tempo proporcionando uma transformação do papel das mulheres nos processos de tomada de decisão no nível familiar e naquele comunitário. Desta maneira, a OCS Terra Viva representa uma via para alcançar uma perspectiva de assentamentos sustentáveis.

Em torno da OCS Terra Viva, diferentes experiências inovadoras de comercialização são desenvolvidas. Esta OCS constituiu a base para a formatação de uma cooperativa, COOPERFLORA, cuja finalidade principal é efetivar a implantação de um sistema de rede de economia solidária sob referencial de circuito curto de proximidade. Assim, foi organizado o fornecimento direto de cestas de alimentos preferencialmente orgânicos para grupos de consumo solidário nos arredores do assentamento.

Tais cestas são fornecidas semanalmente, com produtos escolhidos em função da sazonalidade agrícola e o cultivo dos agricultores. No final do primeiro semestre de 2017, a Cooperativa fornecia aproximadamente 20 cestas por semana para cada grupo de consumo. A referida cesta de produtos sazonais, cultivados pelos(as) próprios(as) agricultores(as), é composta por 5 a 7 produtos distintos. Um ponto importante é a introdução, na cesta, de um alimento processado, chamado pelas agricultoras de “produto especial”, podendo ser um pão, bolo, molho de pimenta ou similar.

Membros do Núcleo de Agroecologia da ESALQ/USP, dois grupos de extensão universitária, aqueles de Comercialização Justa e Cultura Alimentar (CAJAN) e de Territorialidade Rural e Reforma Agrária (TERRA) iniciaram, no segundo semestre de 2017, um projeto para implantar um sistema de circuito curto de comercialização solidária nesta unidade da Universidade de São Paulo. A proposta inicial se estruturou para atender a comunidade interna e externa de Piracicaba, quinzenalmente, promovendo reflexões acerca da produção agroecológica, circuitos curtos de proximidade e políticas públicas. Ações com grande simbolismo em razão desta escola representar um dos principais marcos no ensino agrônomo brasileiro, fundado no paradigma modernizador da agricultura no Brasil.

No princípio do projeto, eram entregues cerca de 15 cestas quinzenalmente. Mas com o avançar da divulgação, por mídias sociais e pelos próprios consumidores, os pedidos conheceram grande crescimento, chegando a cerca de 40 cestas nos segundo trimestre de 2018.

Focalizado uma representativa trajetória feminina de vida

Nossa pesquisa está sendo fundada em observação participativa, com vivências no assentamento e entrevistas com atores-chave locais. Desta maneira, foi possível observar elementos que permitem refletir sobre os problemas da “invisibilidade” da mulher e sobre os meios que são mobilizados para favorecer o protagonismo feminino. Nesta perspectiva, esta última parte do trabalho trata de dados obtidos que permitem considerar, a partir da perspectiva local, a construção da OCS Terra Viva, a produção agroecológica e o lugar da mulher no assentamento.

A OCS Terra Viva é identificada pelas agricultoras a partir do que definem como “lotes da frente”, representando um conjunto de famílias que vivem nas parcelas na entrada principal do assentamento. As mulheres deste grupo produzem em seus lotes, mas também na área da “Horta Coletiva”, mencionada anteriormente. A maior parte das produtoras desta OCS e algumas famílias assentadas que não pertencem ao grupo compartilham de canteiros divididos, tal como explicado acima, geralmente para o cultivo de hortaliças.

A entrevista com uma das assentadas engajadas na OCS Terra Viva permite evidenciar seu ponto de vista sobre a comercialização. Esta interlocutora menciona que, em seus primeiros anos no assentamento, “plantava pouco e vendia na carriola, às vezes eu enchia essa sacola de plástico e punha e levava na cidade e vendia, ia de ônibus e vendia, era bom para vender lá na cidade”.

Com a implantação do grupo em estudo (OCS Terra Viva), passa a ocorrer reuniões que representam espaço de debate com vistas à construção de melhorias na

produção e comercialização. Esta interlocutora indica que o coletivo “Horta Coletiva” organiza também reuniões, embora sejam com menor periodicidade, a fim de discussão notadamente em torno da gestão coletiva do espaço, mesmo que as dificuldades sejam consideráveis:

“Lá a gente discute tudo, mais só que cumprir mesmo é muito pouco, a gente discute sobre galinha, sobre cachorro, sobre gato, sobre a horta que nunca cercou e tinha que cercar, [...] aí você começa e um vai e outro não faz”.

Quanto à OCS Terra Viva, desde a constituição da Cooperflora, suas reuniões são concomitantes à cooperativa, pois seu foco é na comercialização das cestas de alimento. Estas últimas são definidas graças a encomendas prévias dos grupos de consumidores envolvidos. Como já mencionado, estes grupos se encontram em Americana, Paulínia e Campinas. O quarto é aquele organizado pelos grupos TERRA e CAJAN, como explicado acima, que contam com o apoio também do grupo de Agricultura Orgânica AMARANTHUS, igualmente integrante do Núcleo de Agroecologia da ESALQ/USP. Nossa interlocutora considera que:

“Primeiro a cesta, a cesta em primeiro lugar, porque a cesta... apesar que agora pra entregar agora, se não for tudo bem organizadinho e bem limpinho - tem que ser tudo arrumadinho - porque se não for também eu acho que não vale a pena levar igual antigamente levava”.

A propósito, a formação destes sistemas de consumo solidário de cestas de alimento favorecer um maior cuidado com a apresentação dos produtos, como sugere nossa entrevistada:

“Ah antigamente você mandava tudo sujo, a pessoa não tinha capricho, e agora a gente fez uma reunião aí e gente ‘Vamos agora mandar tudo bonitinho [...] Com mais amor... porque mesmo que você manda pouco, mas você manda com amor... aquilo que você tá mandando, você sabe que tá mandando uma coisa boa pra pessoa comer, porque é lógico que a pessoa vai comer aquilo, as verduras...”

Neste depoimento, é possível realçar a valorização de laços afetivos entre produtora e consumidores. Trata-se de uma forma feminina de atuar, construída socialmente, associada a uma extensão de seus cuidados com a família. De outra parte, este zelo com o alimento se refere a uma importante diversidade produtiva. Nossa entrevistada enumera seus múltiplos cultivos:

“A lá na horta, de folha eu planto todas as folhas que têm. Aí eu planto berinjela, eu planto tomatinho cerejeira, que eu gosto de plantar né. E repolho, num dá muito bem, o repolho, mas eu planto. Couve, alface, essas coisas de folha eu planto tudo, cenoura, beterraba também dá bem [...]”

Os conhecimentos referentes a estes cultivos foram desenvolvidos desde sua infância, a partir das culturas de subsistência produzidas pela família. Em grande medida, estes saberes para o cultivo na horta coletiva e no seu próprio lote são favoráveis a uma perspectiva agroecológica. O saber tradicional incorporado em sua história de vida levam à diversificação produtiva e a outras práticas, tais como sugere o depoimento de nossa interlocutora.

“E a gente plantava só orgânico, a gente não jogava veneno igual esse povo joga. Tomate, o pessoal fala que o tomate não dá sem veneno, lá (cultivos anteriores ao assentamento) a gente planta sem veneno e aqui também, cheguei aqui e nunca joguei [...]. Sempre deu, sempre deu, às vezes dá aqueles bichinhos assim, mas como a gente faz!? Deixa, elas também têm direito de comer né! Mas dá para aproveitar sem jogar (veneno) nada”.

Com efeito, a não aplicação de agrotóxicos caracteriza como o principal indicador de produção agroecológica na interpretação da entrevistada. Porém, suas práticas revelam a mobilização de outras práticas e saberes, como os cultivos de múltiplas espécies e variedades, a adubação com cama de frango e o reconhecimento que os insetos podem ser úteis para a produção agroecológica.

Convém também insistir que a valorização de uma perspectiva agroecológica no assentamento ocorre em grande medida pelos apoios oferecidos às famílias assentadas, em particular aquele do Núcleo de Agroecologia da ESALQ/USP. Seu suporte técnico abrange diversas vivências e oficinas para os assentados com vistas a fomentar os saberes agroecológicos nas dinâmicas produtivas.

Em relação à divisão de trabalho, a entrevistada revela que, em seu núcleo familiar, sempre trabalhou sozinha. Porém, considera que o homem desempenha nas circunstâncias laborais do assentamento Milton Santos papel importante.

“Olha eu... eu não sei, eu acho que o homem parece que tem mais garra, mas a mulher produz mais do que o homem. A vantagem do homem é que ele faz o canteiro dele mais bem feito, ele pode aprofundar o canteiro bem mais [...] Mais força né, a diferença eu acho assim, entre mulher e homem é a força, pra fazer o canteiro, porque pra bater o canteiro, o bicho é pesado. E o homem parece que tem mais força pra fazer o canteiro, sobre o canteiro pra fazer, o homem ganha mais.”

Neste ponto, é oportuno considerar as análises de Rúa e Abramovay segundo as quais “[...] a diferença se dá na constituição física, em especial na resistência e na força, que pode dar origem a distinções nas atividades femininas e masculinas” (2000, p. 169). O problema aqui é de naturalizar estas diferenças para legitimar a dominação da mulher pelo homem. Com efeito, é possível pensar aqui em complementariedades, como quando trata de seus cuidados durante o processo produtivo:

“A mulher tem mais delicadeza pra fazer, não é porque eu sou mulher não! Pra cuidar mais das plantas [...] parece que o homem quer ter tudo dele quer que seja muito rápido né, e a mulher já vai mais devagar entende, e a mulher o que ela faz, se ela quiser fazer bem feito, ela faz bem feito [...]”

No que se refere às diferenças na participação entre homens e mulheres, nossa entrevistada afirma que, nos espaços formais de discussão, como as reuniões, “não, não, todo mundo fala igual”. Portanto, acredita que a mulher tem sua voz e opinião respeitada. Porém, fora do espaço de reunião, esta interlocutora revela existir desigualdades de gênero, desde propostas de troca de favores do trabalho braçal do homem por “companhia” das mulheres. Assim, manifesta o sentimento de que “o homem continua sendo machista do mesmo jeito, não mudou nada não.” De todo modo, acredita que hoje “a mulher tem o direito, antigamente a mulher não tinha o direito de falar, e hoje a mulher pode falar o que ela quiser”.

Considerações finais

Em primeiro lugar, é possível considerar que a organização de controle social em estudo ampliou sua função inicial e garantiu ao grupo de mulheres engajadas na OCS Terra Viva espaços para o reforço de seu protagonismo. Porém, para além das relações em torno deste dispositivo, as marcas do machismo são profundas, estando presente nas relações cotidianas entre homens e mulheres no assentamento. Assim, nosso propósito consiste em discutir notadamente até que ponto o empoderamento feminino graças à OCS chega a quebrar preconceitos.

Certamente, a mulher de modo geral vem se empoderando nos espaços públicos e rompendo com a barreira histórica do patriarcado, o que deve ser considerado enquanto tendência com repercussão no assentamento. Porém, o peso histórico da invisibilidade feminina em todas as esferas da vida social é grande.

Em nosso estudo, convém destacar que, graças à OCS Terra Viva, as mulheres puderam emergir da esfera privada para a esfera pública, conquistando certa autonomia financeira e produtiva, o que representa um avanço em relação ao seu passado. Estes processos recentes representam uma construção de meios para a ruptura com ideologias patriarcais. Efetivamente, as mulheres são, no âmbito do OCS em questão, responsáveis por decidir sobre os alimentos produzidos, a colheita e a gestão dos recursos obtidos. Com este poder numa iniciativa de êxito no assentamento, suas vozes tendem a ser mais respeitadas e, mesmo, estimada.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, M. J. Ajuda e trabalho: a subordinação da mulher no campo. In: p. 23. 1981.
- FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. 46^a, 2002 ed. Rio de Janeiro: Record, 1933.
- MELO, L. A. de. Gênero: da omissão à invisibilidade. **XII Encontro Nacional da ABEP**, 2000.
- MELO, L. A. de. **Relações de gênero na agricultura famílias: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira – PE**. 2003.
- MESQUITA, L. A. P. de. Mulheres na agricultura familiar: a comunidade rancharia, Campo Alegre de Goiás. p. 20, 2012.
- MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; MOAL, Marcos Le; ANDRADE, Ana Gianfrancesco. Freire, “Programa de aquisição de alimentos (PAA) no estado de São Paulo: agricultura de proximidade em questão”. **Ruris**, v. 8, Campinas : UNICAMP, 2014, pp. 63-89.
- MORUZZI MARQUES, P. E.; KHATOUNIAN, C. A.; GASPARI, L. C. De; RETIÈRE, M. Justificações em torno de assentamento periurbano da modalidade Projetos de Desenvolvimento Sustentável no Estado de São Paulo: Uma justiça ecológica em questão. In: **Retratos de assentamentos**. 2016
- RUA, M. das G.; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou coordenadoras de panela?**BrasíliaUNESCO, 2000.
- SILVA, T. M. N.; BALTES, P. B.; SMITH, J. Novas fronteiras para o futuro do envelhecimento. **A Terceira Idade**, v. 17, p. 1–72, 2006. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/edicao_revista/4ed8a079-074e-4baf-8f72-6770562f0853.pdf>.